

O LABOR FILOLÓGICO: CONCEITUAÇÃO, INVESTIGAÇÕES E DEMONSTRAÇÃO

Thissiane Fioreto*

RESUMO: Com a perspectiva de esclarecer o leitor sobre o campo de atuação da filologia, o artigo tem por objetivo apresentar, como demonstração de uma das etapas do labor filológico, os resultados da pesquisa realizada com a função de resgatar e compreender o modo de produção da Academia Brasileira dos Esquecidos (ABE). Esse resgate foi realizado por meio da leitura e análise do conjunto dos textos da agremiação editados por José Aderaldo Castello (In: CASTELLO, 1969-71, p. 81-95, v. 1, tomo V), dentro do contexto do Movimento Acadêmico Brasileiro, como forma de apreender o modo de produção no Brasil, no início do século XVIII. Para isso, optou-se por um trabalho de Crítica Histórico-Literária buscando delimitar as circunstâncias de produção dos textos e procurando situá-los em seu contexto histórico, cultural, social e político, constatando uma orientação retórica e poética de escrita.

Palavras-chave: Filologia; crítica histórico-literária; retórica; poética.

ABSTRACT: This paper is focused on clear the reader about the field of actuation of Philology, demonstrating one of the steps of the philological task. The results of this research were to rescue and to understand the ways of production of the Academia Brasileira dos Esquecidos (ABE) [Brazilian Academy of the Forgotten], through reading and analysis of a role set of texts of the Academy, edited by José Aderaldo Castello (In: CASTELLO, 1969-71, p. 81-95, book 1, tome V), inside the context of the Brazilian Academic Movement, aiming to loosen the way of production in the colonial Brazil at the start of the century XVIII. For this purpose, it had been opted to do an Historical literary critical work, searching to delimitate the circumstances of production of the texts and placing them in its historical, cultural, social and political context, evidencing a rhetoric and poetry orientation of the writing.

Keywords: Philology; literary and historical criticism; rhetoric; poetics.

FILOLOGIA: CONCEITUAÇÃO E INVESTIGAÇÕES

Inventado pelos gregos, o labor filológico foi alvo de inúmeras definições e críticas no passado e hoje, curiosamente desconhecido por alguns dos que atuam na área das Letras, ainda é um trabalho realizado por poucos e gera dúvidas. Questionamentos como, por exemplo, *em que consiste o trabalho filológico* e *quem é filólogo* são comuns e responder a eles demanda reflexão.

* Mestra em Filologia e Língua Portuguesa. Professora na UFGD.

Etimologicamente, a palavra *filólogo* significa “amigo da palavra”, porém, muitos estudiosos contribuíram para uma maior compreensão da acepção desse termo e devem ser resgatados. O romano Sêneca, por exemplo, traçou um paralelo entre o perfil do gramático e do filólogo, definindo o primeiro como aquele que se ocupa com os problemas específicos da língua enquanto o segundo apresenta análises, deduções e inter-relacionamento de fatos históricos, lingüísticos e literários.

Na definição de Carolina Michaelis (*apud* SILVA NETO, 1976), o filólogo é aquele que se ocupa do estudo científico, histórico e comparado da língua nacional em toda a sua amplitude, não só quanto à gramática e quanto à etimologia, mas também como órgão da literatura e como manifestação do espírito nacional.

Já para Serafim da Silva Neto (2005), por ser a filologia muitas vezes confundida com o simples conhecimento prático da língua e, o que é pior, identificada com os exageros puristas, o filólogo não goza de bom conceito e é injustamente considerado intolerante e incapaz de sentir e compreender uma obra de arte, preocupado com a fiscalização dos galicismos, dos barbarismos ou dos solecismos. Sendo assim, por mais nobre que seja a defesa inteligente das formas vernáculas, a filologia é mais do que isso, ela deve ser considerada o estudo da língua como expressão de cultura. Segundo o estudioso, o trabalho filológico deve compreender em primeiro lugar o minucioso e completo conhecimento prático da língua, os princípios básicos da Lingüística, com que se há de orientar o estudo científico, e o conhecimento de latim e das outras línguas românicas, ou seja, o filólogo deve ser um erudito.

Essa visão do labor filológico corrobora o que defende Bruno Fregni Basseto (2005) ao afirmar que, embora não exista univocidade do termo, a designação filólogo, na maioria das vezes, denota um refinamento intelectual de cultura em geral e de domínio da linguagem, em particular. Reconstituir um texto (total ou parcialmente), estudar sua língua, buscar sua autenticidade, determinar a data, o ano ou, pelo menos, a época em que o documento foi escrito, esclarecer quais são suas fontes, entender as circunstâncias de produção do discurso, estabelecer critérios para a publicação do texto, editar: todas essas são atribuições do labor filológico - ofício antigo, do qual já se ocuparam gregos e romanos e do qual os estudiosos continuam a se ocupar em busca de resgatar e compreender, através dos textos escritos, a produção intelectual de uma determinada sociedade.

Esse trabalho filológico compreenderia três etapas: a *Crítica Textual*, a *Crítica Histórico-Literária* e a *Edição*. A Crítica Textual, sendo a primeira etapa do trabalho, ocupa-se da reconstituição do texto e tem por objetivo aproximá-lo ao máximo da forma que recebera do próprio autor e compreende a *recensio*, a *collatio*, a *estemática* e a *emendatio*, processos complexos e especializados realizados, sobretudo, com textos manuscritos. A Crítica Histórico-Literária, segunda etapa, procura esclarecer possíveis pontos obscuros, eliminar lacunas no conhecimento de dados a respeito do texto e suas circunstâncias de produção; para isso são usados os critérios internos fornecidos pelos próprios documentos e também os critérios externos, principalmente citações, alusões e referências, abordando itens como autenticidade, datação, fontes, circuns-

tâncias, linguagem, avaliação crítica e exegese do pormenor. Concluídas as etapas anteriores, chega o momento de edição, momento em que o filólogo escolhe o tipo de edição mais conveniente para apresentar o texto em que trabalhou; essa edição normalmente é *crítica* - considerada a mais completa, com introdução e notas explicativas, a *diplomática* - que apresenta a reprodução diplomática do manuscrito acompanhada dos fac-símiles do original ou *paleográfica* - resultante da transcrição de um manuscrito antigo com destaque a suas particularidades.

CRÍTICA HISTÓRICO-LITERÁRIA: UMA DAS ETAPAS FILOLÓGICAS

Ao estudo que se segue, resultado da pesquisa que culminou na Dissertação de Mestrado intitulada “*Retórica e Argumentatio: uma disputa entre Mem de Sá e Cururupeba*”¹, interessa de maneira especial a segunda modalidade do labor filológico descrito por Bassetto (2005), uma vez que a pesquisa realizada buscou resgatar e compreender os textos produzidos pela Academia Brasileira dos Esquecidos (ABE) – primeira agremiação de caráter histórico-literário do Brasil Colonial – como uma amostra da produção intelectual do período.

Os textos produzidos pelo Movimento Academicista foram reunidos e apresentados na obra *O movimento academicista no Brasil 1641-1820/22* (CASTELLO, 1969-71), editada por José Aderaldo Castello. Essa importante obra constitui material fundamental para a compreensão da sociedade colonial do início do século XVIII, pois é a única que congrega os escritos inéditos do período e sistematiza essa produção de caráter coletivo; nela o autor congrega quase toda a produção das academias literárias brasileiras do Brasil Colônia². No entanto, é necessário ressaltar que não há nessa edição uma apreciação crítica do que foi, efetivamente, o movimento academicista e o que ele representou para o momento histórico, lingüístico e literário do país.

Sendo assim, por entender-se que apenas foram realizadas as etapas de Crítica Textual e de Edição do texto, fato que se justifica pelo volume e extensão do material, o objetivo do trabalho em questão foi realizar a etapa de Crítica Histórico-Literária, dada à necessidade de compreender as circunstâncias de produção do período e eliminar lacunas no conhecimento de dados a respeito do texto, ou seja, interpretar e iluminar a produção intelectual elaborada por uma sociedade, essência do labor filológico.

Mas o que foi o Movimento Academicista no Brasil? Que academia histórico-literária é esta chamada de ABE? Como era seu funcionamento e qual seu objetivo? O que são *Dissertações Históricas* e em que circunstâncias foram produzidas?

¹ Dissertação de Mestrado defendida em Junho/ 2005, na Faculdade de Ciências e Letras de Assis/UNESP, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Eduardo Mendes de Moraes.

² A obra em questão foi impressa em três volumes com quatorze tomos. O volume 1, tomo 5 nos interessa diretamente, pois trata das Academias propriamente ditas, notadamente da Academia Brasileira dos Esquecidos (tomos 1 a 4 – poesias e orações acadêmicas recitadas nas 18 conferências; tomo 5 – dissertações históricas).

A ABE E O MOVIMENTO ACADEMICISTA NO BRASIL

O vocábulo ACADEMIA nasce na Grécia, nas imediações de Atenas, onde havia um bosque em que Platão transmitia seus ensinamentos e doutrinas e por onde passaram alguns dos mais notáveis intelectuais da Grécia. Como esse bosque pertencia a Academus, um de seus discípulos, esse centro irradiador de idéias passou a ser chamado de *Academia*. Porém, academia com sentido de “agremiação de caráter literário, artístico ou ainda científico” só aparece no século XVI, com o Renascimento, na Itália. A primeira academia italiana surgiu em Florença em 1540. Depois vieram as de Nápoles, Veneza e Roma. Essas academias, resultantes do exercício do espírito humanista, surgem principalmente sob o ponto de vista artístico, com a finalidade de difundir o culto retórico, negando qualquer tipo de superficialidade. Depois da Itália, elas passaram a existir também na França, onde a primeira academia, a Academia Francesa, foi fundada em 1629, como um tipo de reunião reservada.

Assim, as academias se espalharam por toda a Europa e pelo mundo, chegando a Portugal, primeiro com algumas manifestações isoladas, depois com as “Conferências Discretas e Eruditas”, até culminar com a fundação da primeira academia oficial portuguesa, a Academia Real da História Portuguesa.

No Brasil Colonial, as primeiras reuniões de letrados surgiram como reflexo dessas manifestações, já existentes em Portugal. Amostra disso é que a primeira academia brasileira, a Academia Brasílica dos Esquecidos (ABE), nasceu na Colônia como extensão da Academia Real de História (ARH), fundada em Portugal no ano de 1720.

Fundada em 07 de março de 1724, em Salvador, Bahia, a agremiação brasileira teve como divisa o Sol e como legenda a sentença latina *Sol oriens in Occiduo* (O Sol que surge no Ocidente). O sentido literal da frase latina parece ser absurdo e ilógico; no entanto, trata-se de uma linguagem simbólica: o Sol nascente representa o surgimento da ABE, um grande mérito para a Bahia e para o Brasil, que está na porção Ocidental do mundo.

Algo importante a se observar é que, embora muito da academia portuguesa estivesse presente nesta academia brasileira, existem algumas diferenças fundamentais entre elas, como, por exemplo, a organização dos acadêmicos. A agremiação portuguesa contava com um número preestabelecido de acadêmicos numerários (40) e supranumerários (40), também chamados de acadêmicos de província (uma espécie de “efetivos” e “suplentes”). Os acadêmicos supranumerários eram responsáveis por colher dados das províncias e enviá-los à Coroa Portuguesa (UBIALI, 1999).

Antônio Caetano de Souza, acadêmico responsável pelas informações a respeito das províncias de ultramar, cuidou de coligi-las por meio de pesquisas bibliográficas, ficando, na prática, a responsabilidade para os acadêmicos supranumerários Se-

bastião da Rocha Pita e Gonçalo Soares da Franca³, os quais figuraram em diversas reuniões da Academia Portuguesa.

A ABE teve como organizador e protetor o Vice-Rei Vasco Fernandes César de Menezes. Essa sociedade de letrados foi criada com o objetivo de escrever a História da América Portuguesa⁴ em quatro modalidades: natural, militar, eclesiástica e política. Tendo em vista que o intuito da ABE era o registro da História nessas quatro modalidades, a produção principal da agremiação deveria ser as Dissertações Históricas. Muito pouco, porém, se sabe sobre elas, inclusive quando e como foram apresentadas⁵.

Realizaram-se 18 sessões prioritariamente quinzenais, todas no Palácio do Vice-Rei Vasco Fernandes César de Menezes, sendo a primeira realizada em 23 de abril de 1724 e a última em 04 de fevereiro de 1725. Nunca houve repetição de presidente nas conferências. Cada qual era sempre escolhido por seu antecessor e se tornava responsável por conduzir a sessão seguinte, indicando o tema a ser tratado.

A primeira agremiação de caráter histórico-literário do Brasil nos deixou um grande número de composições que constitui rica fonte de estudos para a memória nacional. Nela encontramos dois modelos distintos de escrita, as escritas em prosa, orientadas pela re-elaboração da Retórica Antiga, e em verso, da mesma forma relativa à Poética Antiga, que, afora as particularidades das produções coletivas, representam o modelo geral da escrita praticado no Brasil Colonial.

A produção em prosa é representada pelas Orações Acadêmicas e pelas Dissertações Históricas, e cada uma delas cumpria um objetivo específico dentro da Agremiação, enquanto as composições em versos significavam o lado lúdico, o exercício de erudição e de conhecimento da poética na ABE.

Embora tivessem papéis distintos dentro da agremiação, os textos, tanto de uma, quanto de outra forma, possuíam a mesma preocupação: ressaltar a arte de bem escrever, apresentando peculiaridades, como a emulação e a erudição.

³ Os dois nomes constam em todas as atas da ARH entre os anos de 1721 e 1734, ano da última publicação desses documentos. Quanto à menção de alguns autores, de que fora Inácio Barbosa Machado o encarregado de colher os dados do Brasil, parece constituir contradição, pois este acadêmico só passou a integrar a ARH oficialmente em 1734, em substituição ao fundador Manuel Caetano de Souza, Secretário Geral da ARH, falecido no final daquele ano (cf. Índice das Composições que se acham neste volume com o nome de seus Autores. In *Collecção dos documentos e memorias da Academia Real da Historia Portugueza, que neste anno de 1734 se compuzerão, e se imprimirão por ordem os seus Censores, dedicada a El-Rey Nosso Senhor, seu Augustissimo Protector, e ordenada pelo Marquez de Alegrete Manoel Telles da Sylva, Secretario da mesma Academia*. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, MDCCXXXIV).

⁴ Esclarecemos que, ao nos referirmos ao objetivo da ABE – escrever a *História da América Portuguesa* – não estamos fazendo qualquer menção a obra de Sebastião da Rocha Pita (PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976).

⁵ Os documentos referentes às Dissertações Históricas estão arquivados em microfilme nos Códices Alcobacenses da Biblioteca Nacional de Lisboa, mas deles não constam as datas de apresentação.

UMA APRECIÇÃO DA ESCRITA DO PERÍODO

A Crítica Histórico-Literária, também denominada por alguns teóricos como Filologia Textual, busca dirimir dúvidas a respeito do texto e assim, conseqüentemente, esclarecer questões como sua autenticidade; determinar, pelo menos de maneira aproximada, a sua data de produção; buscar as fontes por meio de pesquisa das citações diretas e indiretas, das alusões e das imitações que constam no texto e de qualquer influência de outros autores que apareçam na produção; procura ainda situar um documento em seu contexto histórico, cultural, social e político para compreender melhor a produção intelectual do autor e, por conseguinte, da sociedade da época. Pode ocupar-se também de um estudo aprofundado da linguagem do texto, observando as preferências léxicas e sintáticas do autor, sua cultura e sua provável filiação a algum movimento filosófico ou literário, além de realizar, sem dúvida, a avaliação crítica da obra, verificando seu valor documental e seu valor literário (BASSETTO, 2005, p.51-59).

Foi por meio da leitura atenta da produção da ABE e da análise sistemática do texto, levando em consideração os pressupostos da Crítica Histórico-Literária, que se verificou as circunstâncias de produção do início do século XVIII, depreendendo, deste modo, as principais características da produção intelectual desse período.

Sendo assim, constatou-se que a escrita no Brasil Colonial demonstra em sua essência, dependência direta dos modelos portugueses que, na condição de metrópole, centro irradiador e formador, dita as regras, a política, a religião e a ideologia e assume a responsabilidade editorial. Nessa função centralizadora, conta com uma forte orientação católico-erudita e – mesmo atrasada em relação aos demais países europeus – divulga e exporta a sua “moda”. Mas, qual era essa moda?

No início do século XVIII, ainda dependente das influências do latim e da Antigüidade Clássica, a moda é a expressão das Belas Letras. História, literatura, astronomia e tantas outras matérias estão interligadas, por serem escrita com base retórica, que segue Aristóteles, Quintiliano, Tesouro, etc. Cultivar as Belas Letras significava, entre outras coisas, emular os antigos numa narrativa una, extensa, sem metro e com pensamento ornado (MUHANA, 1997). Essa preocupação com o cultivo das Belas Letras implicou numa tradição literária de imitação e superação dos antigos. Emular os antigos, princípio clássico das Belas Letras, significava uma atualização das obras e autores consagrados. O que conferia real valor à obra literária era a emulação, a superação artística e engenhosa do seu modelo. Há alguns épicos que são modelos clássicos de emulação: Camões que em *Os Lusíadas* emulou a *Eneida*, de Virgílio, que por sua vez já havia emulado a *Odisséia*, de Homero. No Brasil podemos citar o caso do Frei Santa Rita Durão, que seguiu em tudo o modelo de Camões, em *Os Lusíadas*, ao escrever *O Caramuru*, ou ainda, Gregório de Matos que, mesmo com seu caráter inovador, foi amplamente influenciado e comparado a Quevedo e Luís de Gôngora.

É necessário ressaltar, ainda, que as manifestações literárias ocorridas no Brasil, no chamado Período Colonial, foram reflexo das manifestações literárias já existentes

em Portugal e o seu início se apresenta favorecido pelo impulso social e econômico que ganhou o Brasil Colônia a contar da segunda metade do século XVI. Amostra disso é que, a primeira academia brasileira nasceu na Colônia como extensão da Academia Real de História (ARH), fundada em Portugal em 1.720, e assim foi denominada porque, na fundação da ARH, os intelectuais da Colônia haviam sido “esquecidos” pela Coroa Portuguesa.

A ABE tinha por objetivo escrever a História Oficial da América Portuguesa, embora a sua “nottícia de fundação” mencione a carência de talentos literários que sofria a Bahia. Então, sob a tutela do Rei, para essa escrita oficial, foram escolhidos os eruditos da colônia, os “letrados”, que tinham uma formação humanística e clássica e que, conscientes da arte de bem escrever, princípio básico de expressão das Belas Letras, curiosamente optaram por fazer esse registro em versos. Desse modo, baseada na Arte Retórica e na Arte Poética, a primeira agremiação de caráter histórico/literário do Brasil deixou-nos um grande número de composições.

TIPOS DE ESCRITA: A PROSA E O VERSO

Há dois modelos distintos de escrita encontrados na produção da ABE: a *prosa* e o *verso*, que servem de exemplo do modelo de escrita colonial. A produção em prosa é representada pelas *Orações Acadêmicas* e pelas *Dissertações Históricas*, e cada uma delas cumpria um objetivo específico dentro da Agremiação, enquanto que os *versos* significavam o lado lúdico das sessões.

Embora tivessem papéis distintos dentro da agremiação em questão, todos esses modelos tinham a mesma preocupação: ressaltar a arte de bem escrever, apresentando peculiaridades, como por exemplo, a emulação e a erudição. Levando em consideração essa preocupação e essas peculiaridades, fica evidente que o modo de escrever dos “Esquecidos” era norteador pelas artes poética e retórica.

Segundo a disposição das sessões apresentada por Castello (1969-71), as Orações Acadêmicas eram compostas e proferidas pelo presidente, em exercício momentâneo de suas funções, logo no início de cada sessão. Possuíam caráter introdutório, pois eram responsáveis pela abertura da sessão literária e, em tom laudatório, tratavam de temas históricos antigos e contemporâneos, religiosos e científicos, respeitand o sempre a estrutura discursiva prescrita pela arte retórica.

As Dissertações Históricas eram de caráter predominantemente narrativo e tinham como objetivo específico a escrita da História da América Portuguesa em quatro modalidades: natural, militar, eclesiástica e política. Para isso, a Academia contou com quatro mestres, que foram, respectivamente, Caetano de Brito e Figueiredo, Inácio Barbosa Machado, Gonçalo Soares da Franca e Luís de Siqueira da Gama. Deste modo, ao contrário dos versos, que eram praticados por todos, fazer o registro histórico era privilégio de poucos. Com caráter histórico e bíblico/religioso, essas Dissertações Históricas tratavam de temas abrangentes, nos quais pudesse ser inserida a História da América Portuguesa. Eram sempre narrativas em defesa do poder

constituído, denunciando compromisso com a Corte, por serem resultado de pesquisa intencionalmente laudatória e elaborada por uma elite, cuja posição no Brasil, era de detentores do saber. Essas Dissertações dividiam-se em capítulos, organizados sob os preceitos retóricos vigentes. Entretanto, gozavam de uma autonomia estrutural que dava a cada capítulo feições de um discurso independente, por conta, provavelmente, da apresentação seriada nas sessões da ABE.

Os versos eram recitados após a Oração Acadêmica e, obedecendo sempre aos preceitos poéticos e retóricos, atrelavam forma e matéria. Eram utilizados tanto com função laudatória quanto com função narrativa, histórica e lúdica. Sob essa perspectiva, e levando em consideração a organização das sessões literárias, é possível classificá-los em versos heróicos, líricos e laudatórios.

O assunto heróico, também denominado de primeiro assunto, era proposto para ser desenvolvido em versos heróicos, em grande parte decassílabos, que, por serem narrativos, foram associados aos temas formais e possibilitavam determinados tipos de composições, com predominância explícita de sonetos e epigramas latinos, por serem estas as formas clássicas por excelência. Nesse primeiro assunto, os temas recorrentes são a História antiga e moderna e as principais divindades mitológicas pertinentes ao ambiente acadêmico e glosados segundo a erudição e emulação. É importante observar que, quando se fala em *heróico*, não está se fazendo referência àquilo que é próprio dos heróis, mas sim à métrica heróica, o verso decassílabo, que originariamente pode ser classificado como heróico (cesura na 2ª, 6ª e 10ª), com uso livre entre os acadêmicos, deixando, portanto, a denominação “heróico” limitada à métrica.

O assunto lírico, ou segundo assunto, compreendia versos curtos, principalmente os redondilhos maiores, que possibilitavam uma melhor memorização dos poemas, organizados, em sua maioria, em forma de romances, silvas e décimas. Os temas, neste caso, eram mais flutuantes e menos comprometidos com a História, eram mais variados e, ao contrário dos heróicos, menos formais, possibilitando a classificação como temas mundanos ou cortesãos. Vale lembrar que se entende por *lírico* não apenas composições amorosas e sentimentais, como se entende costumeiramente, mas lírico remete-se ao sentido etimológico da palavra, ou seja, aquelas composições de métrica mais livre que um dia foram recitadas ao som da lira.

Já os versos laudatórios eram recitados logo após as Orações Acadêmicas, também com predominância de sonetos e epigramas latinos, e assim como o louvor expresso em prosa, tinham um papel determinante na produção da agremiação, pois serviam para reverenciar o poder constituído.

A IMPORTÂNCIA DO LOUVOR EXPRESSO EM PROSA E VERSO

O louvor, expresso em prosa e verso, tinha função primordial na produção acadêmica. Para que se compreenda a função e a importância do louvor na ABE é preciso conhecer primeiro as circunstâncias em que ele era praticado.

Os acadêmicos eram os “letrados” da colônia, ou seja, os eruditos do Brasil, muitas vezes portugueses e/ou nativos que detinham certo conhecimento das ciências e do mundo e, por isso, ocupavam determinados cargos e gozavam de privilégios proporcionados pela Coroa, graças à proximidade ao rei. Todavia, para manterem esses privilégios e essa proximidade, tinham que ser fiéis ao poder constituído. Essa fidelidade faz parte de um proceder comum, sensato e necessário à sociedade de corte da época. A prudência determinava a atitude, o pensamento e, conseqüentemente, o modo de escrever do acadêmico. Por esse motivo, encontramos na ABE a preferência por determinadas formas de composição, considerando que os acadêmicos deveriam adequar a sua expressão ao assunto proposto.

Ora, eram autoridades daquele meio que estavam sendo louvadas. Por isso, tão importante quanto o discurso que se dirige à instituição, é a reverência em versos, uma forma de louvor prescrita por um lugar comum presente na ABE e ditado pelos preceitos retóricos e poéticos, segundo o qual o acadêmico se dirigia ao presidente e as demais autoridades. Assim, o homenageado louva a instituição e a enaltece, enquanto a instituição, na figura dos subordinados, agradece e autoriza a posição superior do dirigente em cada conferência.

Como a adequação (tanto na forma quanto na atitude) pressupunha o louvor, o modo de expressão e a relação do acadêmico para com o louvado, manifestava-se de forma mais o menos afetiva, não abrindo mão, entretanto, do louvor. Assim sendo, o tipo de composição utilizada (sonetos, epigramas latinos, décimas, romance, etc.), demonstrava maior ou menor proximidade expressa entre o acadêmico e o louvado, associando-as às formas preferidas para expressão: as mais narrativas e solenes ou as mais informais e pessoais. Essa notável preocupação com o tipo de verso que imperava na ABE, também existia com relação à língua que deveria ser utilizada para praticar o louvor. O grande e expressivo número de composições em latim (aproximadamente 37% da produção laudatória em verso), a língua clássica e veiculadora do saber por excelência, comprovam essa adequação.

Quanto ao louvor expresso em prosa, sabemos que segundo a prescrição retórica, o orador pode em seu discurso, ocupar-se de conselhos e discussões, tendo então uma causa deliberativa; ocupar-se de causas decisivas, tendo uma causa judicial, ou ainda, ocupar-se com louvores e vitupérios, tendo, assim, uma causa de caráter laudatório. As Orações Acadêmicas, que faziam a abertura das sessões acadêmicas, trazem em si componentes laudatórios, de caráter epidítico, cumprindo o papel específico de ostentar o engenho e a eloqüência dos acadêmicos, bem como de enaltecer as qualidades de seu patrono e fundador, o Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses.

Esse modo de louvor à instituição, como um todo e em seu contexto, presente nos textos introdutórios de cada conferência, possuía um valor formal de tópica, necessária e presente em todos os momentos de encontro da ABE, cumprindo função ritual constante. Ao louvor cabia o papel de manutenção da representação do contrato acadêmico de privilégios, que vigorava tacitamente entre os acadêmicos e a Corte e sustentava a representação da Academia no meio cortesão.

Assim, tanto na produção em versos como na produção em prosa, fica evidenciada a reverência ao poder constituído, tornando as sessões acadêmicas, além de uma atividade lúdica, uma câmara de representação do saber elitizado diante do poder instituído.

EMULAÇÃO E ERUDIÇÃO

Dois princípios fundamentais vigentes em toda a produção da agremiação em questão são a emulação e a erudição.

Segundo esses princípios vigentes na ABE e na sociedade colonial como um todo, o letrado deveria eleger um modelo consagrado, não apenas para imitar, o que significaria reproduzir, ou então, no máximo, assemelhar-se a ele; mas deveria escolher esse modelo com a intenção de superá-lo. Essa superação não estava na negação do antigo e criação do novo, por ruptura, com formas consagradas de composições, mas estava, justamente, em um *recriar com arte, reconhecendo e excedendo* o que já existia.

Portanto, é justo afirmar que o modelo escolhido para emulação serviria de paradigma e regra a um só tempo, pois imitar era pouco, emular, no entanto, conferia valor e beleza ao escrito do letrado. Por esse motivo, para que o escrito do letrado gozasse de prestígio e alcançasse seu objetivo, o modelo escolhido deveria ser aceito e reconhecido como consagrado, quer fosse pela História, pela religião ou pela literatura. Essa emulação não era prerrogativa apenas dos acadêmicos. A literatura pode nos dar testemunhos bastante conhecidos de imitação e superação do mestre pelo discípulo, como a de Homero por Virgílio, deste por Camões, o grande modelo lírico e épico ocidental moderno; e é conhecido e reconhecido que nenhum dos autores citados negou seu predecessor, quer seja em forma ou tema, ao contrário, reconheceram seus valores e tentaram superá-los, ou pelo menos, igualar-se a eles, o que realizaram com grande êxito.

Na Academia esse princípio da emulação é manifesto, por exemplo, quando se fala da ação do Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses. Todas as vezes que um acadêmico faz menção a algum de seus feitos, sempre o faz comparando a algum feito dos Césares Romanos, com o intuito de torná-lo superior. Esse modo de apresentá-lo mostra que o Vice-Rei nunca imita, mas sempre supera os Grandes Césares. Isso acontece porque, ao verificar a História Política da Humanidade, se é possível escolher uma palavra para definir os Césares, na mente de qualquer pessoa, principalmente na do letrado do século XVIII, indiscutivelmente essa será conquistadores, ou seja, são eles nomes consagrados da História, portanto, são perfeitos para a emulação e atestação de erudição.

A comprovação dessa escolha por nomes consagrados é também encontrada na cultura Ocidental. Ora, são conhecidos Tito Lívio, Marco Túlio (Cícero), Tácito e Plínio e tantos outros autores clássicos recorrentes nas citações dos acadêmicos. Justifica-se, assim, a escolha dos exemplos, pois são eles autores antigos e consagrados, atestando-se a autenticidade do talento e a erudição dos acadêmicos, uma vez que o

princípio da arte, na sociedade em questão, era a emulação dos modelos ou exemplos antigos. Mesmo na Academia, os autores reconhecem a vantagem temporal que possuem sobre os antigos, seus modelos nobres, utilizam-se deles, mas fazem a crítica dos seus insucessos, quando assim ocorreu.

Por tratar-se, ainda, de uma sociedade católica conservadora, os personagens bíblicos, assim como os grandes santos e doutores da Igreja são amplamente citados. Francisco Pinheiro Barreto, na Oração Acadêmica que abriu a 4ª Conferência, em 4 de junho de 1724, cita Santo Agostinho como “uma fera da África, continente tão quente”. Em todo o Ocidente Santo Agostinho é conhecido e reconhecido como um dos maiores pensadores e melhores oradores da Igreja Católica. Estando a ABE inserida numa sociedade católica conservadora, não poderia deixar de fazer uso desse grande e consagrado modelo. Segundo o que escreveu o acadêmico Francisco Pinheiro Barreto, a sabedoria de Santo Agostinho teria raiz no calor do sol africano, defendendo assim a tese de que, nos países tropicais, a sabedoria e o talento são certos e abundantes. Assim, justifica a criação da ABE pelo Vice-Rei na Bahia, região brasileira de clima tropical, enaltecendo, assim, o suposto engenho dos nossos “Esquecidos”.

Todos esses tipos de exemplos eram fontes que legitimaram o texto que estava sendo escrito e a erudição de quem os escrevia. Assim, os acadêmicos cumpriam a prescrição poética/ retórica da adequação, já que escolhiam os exemplos consagrados e adequados para os assuntos tratados.

Diante de todas essas peculiaridades dessa produção, fica comprovado que o modo de escrita dos acadêmicos e as formas empregadas por eles estão intimamente ligadas ao tema proposto, assim como a língua utilizada, e isso não acontecia de modo aleatório, mas era fruto do pensamento que norteava o modo de produção da sociedade colonial

PENSAMENTO DE SUSTENTAÇÃO DA ACADEMIA

Existem dois pilares de sustentação do pensamento da Academia, que são facilmente detectados. São eles: a Monarquia Absolutista e a Religião Católica.

Quando falamos em Academia, com um pensamento contemporâneo, logo pensamos em uma sociedade com fins primeiramente literários. No entanto, mesmo não existindo no Brasil uma universidade e a ABE sendo usada como único centro irradiador de conhecimento da Colônia, este não era o seu objetivo, que como já explicitado, era registrar a história oficial da América Portuguesa, porém, pelas Belas Letras.

Para esta escrita oficial foram escolhidos os eruditos da colônia, verdadeiros súditos do rei. A Coroa concedia, ainda, todo o subsídio necessário para esse registro; prova é que as conferências foram todas realizadas na Corte. Esses eruditos da Colônia, os letrados, tinham uma formação humanística e clássica, fruto disso são algumas características da produção da ABE, como o grande número de modelos laudatórios, a emulação e a demonstração de erudição, que nos levam a concluir que existia

um comprometimento dos acadêmicos com a Monarquia Absolutista, pelo ofício que exerciam, independentemente da função acadêmica, e uma preocupação com a demonstração formal da retórica, atestado da sua formação e porta pela qual cada acadêmico ascendia ao poder local, fornecendo à Corte a sua erudição oficial.

É preciso compreender, ainda, que a produção da ABE também foi norteadada pelo catolicismo. Essa afirmação é comprovada pelo grande número de referências aos personagens bíblicos e aos santos desta instituição. Engana-se quem pensar que as conferências da agremiação tinham algum caráter espiritual ou devocional; todos os exemplos católicos são sempre trazidos à discussão com fins de emulação.

É interessante perceber, ainda, (o que vem comprovar a emulação) que os acadêmicos citam apenas exemplos de grandes heróis e de conquistadores bíblicos e que, quando citam santos, não citam os de devoção popular, mas, em sua maioria, os grandes pensadores e doutores da Igreja Católica. Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, São Jerônimo e outros foram reconhecidos como grandes pensadores e doutores da Igreja Católica, todos eles mestres em retórica e considerados expoentes culturais do mundo ocidental. São esses os santos que os acadêmicos usaram amplamente como exemplo, principalmente nas Orações Acadêmicas.

Além de comprovar a emulação, esses exemplos citados provam que, na verdade, a literatura católica que influenciou a produção dessa agremiação, é fruto de um catolicismo muito mais científico do que devocional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecendo, agora, por meio do trabalho filológico de crítica histórico-literária, boa parte dos modelos e idéias que fazem parte da vasta produção da Academia Brasileira dos Esquecidos, há uma tentação em pensar que esta agremiação teve uma grande importância artística para o Brasil, o que na verdade não aconteceu.

A ABE, desde sua ata de fundação, tinha um objetivo específico: fazer o registro da História Oficial da América Portuguesa. O nome “Esquecidos” – assim se denominavam por não terem sido chamados para a academia responsável pela História Oficial de Portugal – evidencia o e seu vínculo com a ARH, sua precursora. Curiosamente, talvez pela formação clássica e erudita de seus acadêmicos, escolheu-se fazer esse registro histórico, usando as artes retórica e poética e compondo até mesmo em versos.

Esse objetivo é o que faz a diferença entre as composições dos acadêmicos e as de outros escritores do período colonial brasileiro, Gregório de Matos, por exemplo. Embora as composições de Gregório de Matos, o Boca do Inferno, fugissem muitas vezes daquilo que era o esperado para uma sociedade colonial e monárquica, seus versos tinham objetivo artístico. Os mesmos leitores que algumas vezes se chocaram com os temas por ele abordados, outras vezes deleitaram-se com sua arte.

Entretanto, este é apenas um dos pontos de crítica: há que se considerar o caráter coletivo da ABE e de outras manifestações do gênero; o compromisso com a

elaboração de uma história oficial; a relativa imposição que diz respeito à glosa de um tema; além de ser necessário mediar os resultados, quando considerado o vínculo acadêmico em oposição à genialidade e à arte de Gregório. Este, na condição de homem de seu tempo, escreveu com base nos mesmos modelos, recorrendo, entretanto, ao jocoso e satírico como eixo da maior parte dos seus escritos. Já os acadêmicos, orientados pela retórica e pela poética, tinham domínio da técnica a ser utilizada e a demonstraram muito bem; possuíam, ainda, um certo engenho ao produzir, um cuidado ao tecer seus versos; entretanto, faltou-lhes a arte. Se a eles faltou “engenho e arte”, sobrou-lhes, entretanto, criatividade ao atrelar boa parte da matéria histórica ao modelo da poesia vigente.

Contudo, para que não corremos o risco de fazer um julgamento indevido do valor desta agremiação, é necessário reiterar que ela não é estudada apenas pelo seu suposto e esperado valor artístico, mas pelo seu valor histórico, uma vez que nela se concentra, na condição de academia histórica, muito da memória brasileira, além oferecer material abundante para o estudo da Língua Portuguesa empregada na época.

REFERÊNCIAS

- BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de Filologia Românica*: história externa das línguas. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 41-62.
- CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil 1641-1820/22*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Esportes e Turismo, 1969-71. v. 1, t. 5.
- FIORETO, Thissiane. *Retórica e argumentatia*: uma disputa entre Mem de Sá e Cururupeba. 2005. 170f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP, Assis-SP, 2005.
- MUHANA, Adma. *A epopéia em prosa seiscentista*: uma definição de gênero. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.
- UBIALI, Nelson Attilio. *A Academia Brasílica dos Esquecidos*: no contexto do movimento academicista brasileiro. Londrina: UEL, 1999.